

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório....: 102/2020

Modalidade Pregão Presencial N° 27/2020

Data de Abertura da Licitação ...: 26 de Outubro de 2020. Data de Abertura das Propostas ..: 11 de Novembro de 2020.

Horário 08:30

Objetivo: Seleção de propostas visando a contratação de Empresa

Especializada para fornecimento de contas de E-mail e implementação, locação e hospedagem do Web Site com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos visitantes informações sobre o Município de PAULO BENTO-RS.

Encargos Gerais da Licitação

01 - Local da entrega das propostas....: Prefeitura Municipal de Paulo

Bento

02 - Local de entrega do objeto licitado: Conforme descrito no edital

03 - Prazo de entrega das propostas: 11/11/2020

04 - Prazo de entrega do objeto licitado: Conforme descrito no edital

05 - Condições de Pagamento Mensalmente até o 10° (décimo)

dia útil

06 - Validade da Proposta: 60 (Sessenta) Dias

I - PREÂMBULO

1.1. O Município de Paulo Bento/RS, através de seu Prefeito, Pedro Lorenzi, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº 973/2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que se encontra aberta a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes nº 01, contendo a Proposta de Preço e o envelope nº 02 contendo a Documentação, no dia 11/11/20 às 08:30, tendo como local a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO BENTO, sita à Avenida Irmãs Consolata, 189, na sala da



Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

II - OBJETO

2.1. Seleção de propostas visando a contratação de Empresa Especializada para fornecimento de contas de E-mail e implementação, locação e hospedagem do Web Site com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos visitantes informações sobre o Município de PAULO BENTO-RS.

______ Ouantidade Un. Especificação 1 28379 1,0000 UN Serviço de hospedaegem de web mail pertinente ao domínio "@paulobento.rs.gov.br", integrados ao web site da Prefeitura Municipal de Paulo Bento : http://www.paulobento.rs.gov.br, para até cem (100) contas de e-mail, com capacidade de 50 Gb de tráfego e 50 Gb de disco (Hard Disk), para hospedar e-mails. O servidor para hospedar os e-mails com estrutura auto gerenciável, possibilitando a administração das contas de e-mails, permitindo criar regras de envio, avisos de férias, cancelamento de contas, alterações de senhas, limites de envios. Serviço de suporte para e-mail, incluindo acesso remoto a computadores necessário. Acompanhamento para melhoria de envio e recebimento, intuindo proporcionar menor número de spans recebidos. Treinamento completo de funcionário da prefeitura, para administrar o painel administrativo de e-mails. 2 28380 1,0000 UN "Serviços de implementação, locação e hospedagem do Web Site com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos visitantes informações sobre o Município de PAULO BENTO, além de criar um canal mais próximo para levar informações aos Cidadãos Paulobentenses, conforme especificações detalhadas descritas no Anexo I deste termo, objetivando a criação e o gerenciamento do Portal Oficial do Município. Conforme REQUISITOS DO WEB SITE - PORTAL DO MUNICÍPIO em anexo ao edital 3 26363 1,0000 UN Serviços de manutenção e Hospedagem para o Web Site. OBS.: Serão desconsideradas as propostas que apresentarem valor unitário

referencia

conforme

anexo

valor de

ao



- 3.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2(dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, podendo ser enviada via e-mail para: licitacao@paulobento.rs.gov.br
- 3.1.1. Caberá ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio encaminhá-las à autoridade competente, que após parecer decidirá no prazo de vinte e quatro horas.
- 3.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.
- 4.2. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.
- 4.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição e na Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 4.4. A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, bem como as cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (conforme disposto no art. 34 da Lei 11.488/2007), deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através de declaração firmada por contador.
- 4.4.1. A declaração mencionada no item anterior deverá ser entregue no início da sessão pública de Pregão ao Pregoeiro, fora dos envelopes de preços e da documentação.
- 4.4.2. O credenciamento do licitante como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (enquadrada nas exigências do artigo 34 da Lei nº 11.488/07), somente será procedido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio,



se o interessado comprovar tal situação jurídica, na forma estabelecida no item 4.4 deste Edital.

- 4.4.3. A não comprovação de enquadramento da empresa como ME, EPP ou cooperativa, na forma estabelecida nos itens 5.4 deste Edital, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, da aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações aplicáveis ao presente certame.
- 4.4.4. A responsabilidade pela declaração de enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

V - DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.
- 5.2. A documentação para o credenciamento deverá ser apresentada no início da sessão pública ao Pregoeiro, fora dos envelopes de preços e da documentação e não serão devolvidos.

5.2.1. A Licitante, para se credenciar e estar apta a participar do certame, deverá apresentar:

- a) <u>Comprovante de regularidade no Cadastro Nacional de Empresas</u>
 Inidôneas e Suspensas (CEIS), emitida a menos de 10 dias.
- b) Comprovante de idoneidade/não haver restrição de contratar com a Administração Pública, junto ao SICAF Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedoras, emitida a menos de 10 dias.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com os devidos CNAEs, de permissão de vendas.
- 5.2.2. O licitante que estiver enquadrado como Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP e <u>desejar usufruir do regime diferenciado</u> e ser favorecido com o que está disciplinado na Lei Complementar n°



123/06 e alterações, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Certidão expedida pela Junta Comercial (conforme artigo 8° da Instrução Normativa n° 103 de 30 de Abril de 2007, que será considerada válida até 1 (um) ano após a data de sua emissão e/ou declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
 - 5.3. É obrigatória a apresentação do documento de identidade.
- 5.4. No momento do credenciamento, deverá ainda ser apresentada declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme conforme determina o art. 4, VII da Lei 10.520/02, anexo IV deste edital.

5.5. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento da eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado da prova da diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática dos demais atos inerentes ao certame.
 - b) Se representante legal, deverá apresentar:
- b.1) instrumento público ou particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, atribuindo ao mesmo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente; ou
- b.2) termo de credenciamento outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 e b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.



- 5.5. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- 5.6. Para exercer o direito de participar do pregão é obrigatória a presença de representante legal da licitante à sessão pública referente ao mesmo, sob pena do não recebimento dos envelopes.

VI - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1 Para participação no certame a licitante deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

AO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO Pregão Presencial n° 27/2020 ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA DE PREÇO PROPONENTE: (Nome da Empresa)

AO MUNICÍPIO DE PAULO BENTO Pregão Presencial n° 27/2020 ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE: (Nome da Empresa)

6.1.1 O Envelope n° 01 deverá conter:

A proposta (Modelo-Anexo IV) apresentada em linguagem clara e explícita, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal, contendo os valores, unitários e totais, expressos em REAIS, duas casas após a vírgula, e ainda:

- a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contato;
 - b) Marca ou identificação do fabricante.
- c) declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que a proposta vigorará pelo prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3°, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações e art. 6° da Lei Federal n°



10.520/2002. Se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias.

- d) Declaração que cumpre plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4°, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.
- e) Currículo e diploma (fotocopia) dos integrantes da equipe que estará diretamente envolvida no serviço prestado, com no mínimo 01 funcionário graduado em Sistemas de Informação, ou Ciências da Computação, ou qualquer curso de graduação com relação a tecnologia da informação;
- f) Declaração expedida por órgão público ou empresa privada, que comprove estar a licitante prestando ou ter prestado serviços de Tecnologia da Informação, referente ao serviço de hospedar os e-mails com estrutura auto gerenciável sem nenhuma restrição;
- OBS.: No preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES

- 7.1. Feito o credenciamento das licitantes e na presença delas e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n° 01 Proposta e n° 02 Documentação e procederá a abertura do envelope contendo a proposta e classificará o autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente a de menor preço.
- 7.2. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 7.1, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três),



para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

- 7.3. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 7.4. O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preço. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo mais lances de menor preço, será realizado o sorteio.
 - 7.4.1. Os lances serão pelo PREÇO UNITÁRIO.
- 7.5. Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances já ofertados, após abertos os envelopes nº 1 Proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste edital.
- 7.6. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 7.7. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado pela Administração.
- 7.7.1. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e seu preço seja compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, podendo o Pregoeiro negociar para que seja obtido o preço melhor.
- 7.8. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2° da Lei Complementar n° 123/2006 e alterações, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao disposto no item 4.4 deste edital.
- 7.8.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte,



bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

- 7.8.2. Ocorrendo empate ficto, na forma do item anterior, procederse-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será considerada vencedora do certame.
- **b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.
- 7.9. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 7.8.2 deste edital, será considerado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 7.10. O disposto nos itens 7.8 a 7.9 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

VIII - DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.2. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 8.3. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o lote do certame.
- 8.4. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes



verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o item.

- 8.5. Nas situações previstas nos subitens 7.2 e 7.3, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 8.6. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.
- 8.7. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias uteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendolhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.7.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.
- 8.8. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 8.9. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o lote à licitante vencedora do certame.
- 8.10. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, lacrados e devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será obrigatória a presença de todas as licitantes, sob pena de desclassificação da proposta e decadência dos direitos das mesmas, inclusive quanto a recursos.



- 8.11. A microempresa, empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao disposto neste edital, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 9.1 alíneas a à e, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 8.12. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 8.12.1. A não regularização da documentação no prazo fixado no item 8.11, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.13. O benefício de que trata o item 8.11 não eximirá a microempresa, empresa de pequeno porte ou a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentam alguma restrição.
- 8.14. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.
- 8.15. Havendo conveniência da Administração, poderão ser solicitados, a qualquer tempo, testes e análises dos produtos entregues junto a Administração, cujas despesas correrão por conta do licitante.
- 8.15.1. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

IX - DA DOCUMENTAÇÃO - Envelope n° 2:

- 9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos, em vigor na data de abertura da sessão pública do Pregão:
- a) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida



Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

- b) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual (tributos diversos) do domicílio ou sede do licitante.
- c) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal (tributos diversos) do domicílio ou sede do licitante.
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- e) Prova de Regularidade Trabalhista a ser feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, atestando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- f) Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante.
- g) Declaração, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação.
- 9.2. O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

X - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 10.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do Decreto Municipal nº 973/2007 de 28 de março de 2007 e artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 10.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro.

XI - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



- 11.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, e em consonância com a proposta de preços.
- 11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.
- 11.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.
- 11.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.
- 11.6. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

XII - DO PRAZO E DA ENTREGA

- 12.1. O fornecimento do objeto licitado será efetuado em até 30 (30) Dias após a assinatura do instrumento contratual.
- 12.2. Todas as despesas relativas a entrega do objeto correrão por conta exclusiva da empresa vencedora da licitação.
- 12.3. Serão recusados os objetos que não atendam as especificações constantes deste edital.
- 12.4. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 12.5. O objeto deverá ser entregue de forma a não ser danificado durante as operações de carga, transporte e descarga.
- 12. 6 . O prazo de duração do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da Administração, através de TERMO ADITIVO a ser firmado entre as partes, até o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei Federal



n° 8.666/93 e alterações posteriores.

XIII - DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado em até o 10° (décimo) dia útil após a entrega do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, através de depósito bancário na conta-corrente da proponente.
- 13.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo proponente deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e do número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 13.3. No caso de incorreções na entrega, os mesmos serão devolvidos e o pagamento será efetuado após a sua reapresentação, que deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena das sanções previstas no presente edital.
- 13.4. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.5. Em hipótese alguma será concedido o reajustamento dos preços propostos, e o valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá nenhuma atualização monetária até o efetivo pagamento.

XIV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do Capítulo IV Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente.
- 14.1. Caso a empresa vencedora se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:
 - a) advertência, por escrito;
 - b) multa sobre o valor global da contratação;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;



- d) declaração inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 14.1.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.
- 14.1.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data limite.
- 14.1.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada as sanções de que trata o subitem 14.1, sem prejuízo da aplicação do contido no subitem 14.2.
- 14.1.4. A sanção de advertência será aplicada, por escrito, caso a inadimplência ou irregularidade cometida pela CONTRATADA acarrete consequências de pequena monta.
- 14.1.5. Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindirá o contrato, podendo aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.
- 14.1.6. Em caso de inexecução parcial da obrigação, poderá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.
- 14.1.7. No caso de reincidência, ou em situações que causem significativos transtornos, danos ou prejuízos à Administração, será aplicado ao licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.



- 14.1.8. Caracterizada situação grave, que evidencie dolo ou má-fé, será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 14.2. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por descumprimento de obrigação contratual e/ou por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste instrumento contratual, independente da notificação prevista no subitem 14.1.2.
- 14.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da CONTRATANTE, pela CONTRATADA, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobrados judicialmente.
- 14.3.1. Se a CONTRATADA não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.
- 14.4. A aplicação de multas, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no subitem 14.1.
- 14.5. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

XV - DO CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, convocará no prazo de até 05 (cinco) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.



15.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

XVI - DA RESCISÃO

16.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

XVII - DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A fiscalização será de competência da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através do almoxarifado central, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. O Município fiscalizará a execução do objeto contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.
- 17.3. A fiscalização pelo Município não desobriga a proponente de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.
- 17.4. A ausência de comunicação por parte do Município, referente a irregularidades ou falhas, não exime a proponente das responsabilidades determinadas neste edital.

XVIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. Servirão para cobertura da despesa da presente Licitação as seguintes dotações orçamentárias:
- 03.01.04.122.0004.2008.3.3.90.40.07.00.00
- 03.01.04.122.0004.2008.3.3.90.40.09.00.00

XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de



documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

- 19.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.
- 19.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 19.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, situada na Av. Irmãs Consolata, 189, Paulo Bento RS, CEP 99718-000, telefone (54) 3613-0092.
- 19.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 19.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 19.7. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Paulo Bento, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.
- 19.8. O Município de Paulo Bento se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.
 - 19.9. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:
 - I declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.
 - II declaração do menor.
 - III declaração de enquadramento para ME e EPP.
 - IV Declaração de Habilitação
 - V Modelo de proposta financeira.
 - VI REQUISITOS DO WEB SITE PORTAL DO MUNICÍPIO
 - VII Minuta do contrato.



Prefeitura de Paulo Bento, RS, 26 de Outubro de 2020.

PEDRO LORENZI

Prefeito



ANEXO I

DECLARAÇÃO

Ref. ao Processo de Licitação Pregão Presencial Nº Pregão Presencial 27/2020

A e	empresa licitante	, inscrita no CNPJ
sob n°	, por intermé	dio de seu representante legal
o(a) Sr.(a)), porta	dor (a) da Carteira de Identidade
n°	e do CPF n°	, DECLARA, sob as penas da
lei, que c	cumpre plenamente os requisitos de habil	itação conforme prescreve o inciso VII,
do artigo 4º, o	da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, estando cien	te das penalidades aplicáveis nos casos de
descumprime	ento	
- 	, emde	de 2020.
	Nome completo e assinatura do represen	ante legal da empresa

Observação: Deverá ser entregue junto ao envelope $n^\circ 01$ Proposta Financeira e também no credenciamento.



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Ref. ao Processo de Licitação **Pregão Presencial Nº 27/2020**

A empresa		inscrita no CNPJ sob
n°	, por intermédio de seu m	representante legal o(a)
Sr.(a)	, portador (a) da	Carteira de Identidade
n°	e do CPF n $^{\circ}$, D	ECLARA, para os fins do
disposto no inciso V	do artigo 27 da Lei nº 8.666, d	e 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei nº 9	9.854, de 27 de outubro de 1999, d	que não emprega menor de
dezoito anos em trabal	ho noturno, perigoso ou insalubre	e não emprega menor de
dezesseis anos.		
Ressalva: emprega	menor, a partir de quatorze anos,	na condição de aprendiz
	, emde	de 2020.
Nome complet	to e assinatura do representante le	egal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO III

Ref. ao Processo de Licitação **Pregão Presencial Nº 27/2020**

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME e EPP

	А	empresa						,	ins	crita	no (CNPJ	sob
n°					por me	io de	seu E	Respon	sável	Legal	e Cor	ntado	r ou
Técn:	ico	Contábil,	DECLARA,	sob a	s penas	da le	ei, qu	ie:					
a)) ei	nquadra-se	na situa	ação de	microe	mpresa	a ou e	empres	a de p	pequen	o port	e;	
b) 0	valor da r	eceita br	ruta an	ual da s	socied	ade, r	no últ	imo ex	kercíc.	io, nã	o exc	edeu
	0	limite fix	kado nos	inciso	s I e I	I, art	. 3°,	da Le	ei Com	plemer	ıtar nʻ	° 123.	/06;
C) nā	ão se enqua	adra em g	uaisqu	er das 1	nipóte	ses d	e excl	usão	relaci	onada	s no	art.
	3	°, § 4°, in	ncisos I	a X, c	a mesma	Lei.							
	Po	or ser expi	ressão da	verda	de, fir	mamos	a pre	sente					
					_, em	de					_de 20	020.	
		Nome cor	mpleto e	assina	tura do	repre	esenta	ante 1	egal (da emp	resa		
		_											
Non	ne c	completo, n	úmero de	inscr	ição no	CRC e	assi	natura	a do C	Contado	or ou	Técni	.co

Contábil da empresa



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

A empresa, através de seu representante legal, Sr.(a)	. ,
CPF(cargo na empresa). DECLARA para fins de direito, na qualidade d	l∈
PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICÍPIO DE PAULO BENTO - RS, Process	30
Licitatório n°.102/2020 Pregão Presencial n°27/2020 que cumpre plenamente d) :
requisitos de habilitação conforme determina o art. 4, VII da Lei 10.520/02.	
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.	
, emdede 2020.	

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA.



ANEXO V

PROPOSTA FINANCEIRA

Processo Licitatório..: 102/2020

Modalidade Pregão Presencial N° 27/2020

______ Especificação Qtd/Uni Preço Unitário ______ 1,0000 UN Serviço de hospedaegem de web mail pertinente ao domínio "@paulobento.rs.gov.br", integrados ao web site da Prefeitura Municipal de Paulo Bento : http://www.paulobento.rs.gov.br, para até cem (100) contas de e-mail, com capacidade de 50 Gb de tráfego e 50 Gb de disco (Hard Disk), para hospedar e-mails. O servidor para hospedar os e-mails com estrutura auto gerenciável, possibilitando a administração das contas de e-mails, permitindo criar regras de envio, avisos de férias, cancelamento de contas, alterações de senhas, limites de envios. Serviço de suporte para e-mail, incluindo acesso remoto a computadores se necessário. Acompanhamento para melhoria de envio e recebimento, intuindo proporcionar menor número de spans recebidos. Treinamento completo de funcionário da prefeitura, para administrar o painel administrativo de e-mails. Valor de Referência: 402,0000 1,0000 UN "Serviços de implementação, locação e hospedagem do Web Site com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos visitantes

informações sobre o Município de PAULO BENTO, além de criar um canal mais próximo



para levar informações aos Cidadãos Paulobentenses, conforme especificações detalhadas descritas no Anexo I deste termo, objetivando a criação e o gerenciamento do Portal Oficial do Município. Conforme REQUISITOS DO WEB SITE - PORTAL DO MUNICÍPIO em anexo ao edital Valor de Referência: 400,0000 Marca: 1,0000 UN Serviços de manutenção e Hospedagem para o _____ Web Site. Valor de Referência: 475,0000 Marca: Fornecedor ..: Endereço: CNPJ....: -Telefone: Cidade/UF...: Demais condições conforme descrito no Edital do Pregão nº 27/2020 Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Data da Proposta: ____ / ____ / ____

Nome e Assinatura do Representante Legal Carimbo:



ANEXO VI

REQUISITOS DO WEB SITE - PORTAL DO MUNICÍPIO

Projeto: Site personalizado com conteúdo dinâmico, em consonância com a Lei Federal n° 12.527 de 18 de novembro de 2011 e Decreto Federal n°. 5296/2004 (acessibilidade).

Módulo 01 Principal: *

- Esta será definida em conjunto;
- Definição do menu, navegação, cores e layout;
- Banner programável: Para destaque do momento, lançamentos, novidades e demais assuntos. Este será publicado de acordo com o período informado. Mantido pelo encarregado do site.
- Destacar número do telefone.
- Links para redes sociais.
- \bullet Layout: Somente iniciar o desenvolvimento após aprovação do layout por parte da Prefeitura.
- Opção de impressão de relatórios e geração para arquivos nas extensões .pdf, .odt, .docx.

Módulo 02 Prefeitura:*

- Histórico e Cronologia. Descrição, atividades e um pouco da história.
- Localização: Endereço, telefone comercial, e-mail principal.
- Destacar algumas imagens se necessário.
- Diretrizes Organizacionais: Missão, Visão, Princípios e Negócio.



Módulo 03 Município:*

• Opção de criar sub-menus dinâmicos, com apresentação de texto, imagens e links.

Módulo 04 Prefeitura:*

• Opção de criar sub-menus dinâmicos, com apresentação de texto, imagens e links

Módulo 05 Gabinete do Prefeito:*

• Opção de criar sub-menus dinâmicos, com apresentação de texto, imagens e links.

Módulo 06 Secretarias:*

- O conteúdo será aberto, deverá ser mantido por cada secretaria, de acordo com o nível de permissão de acesso;
- Opção de criar sub-menus dinâmicos, com apresentação de texto, imagens e links.

Módulo 07 Notícias:*

- Estará disponível na página inicial em formato de links para a versão integral e opção de filtragem por categoria de notícia.
- Serão aqui divulgadas notícias importantes sobre o município e sobre acontecimentos interferentes neste.

Módulo 08 Agenda/Eventos:*

- É a agenda de eventos do município.
- Disponibilizará ao usuário um calendário destacando datas comemorativas, feriados e data dos eventos à serem realizados.
- Manchetes estarão na página Principal.

Módulo 09 Download:*

• Disponibilizar para download programas úteis aos internautas.

Módulo 10 Buscas:*

• Opção de busca por palavras;



• Opção de busca avançada.

Módulo 10 Licitações:*

- Tem por base divulgar à comunidade todos os Processos Licitatórios com possibilidade de visualização e download dos arquivos.
- Divulgar o resultado do Processo Licitatório.
- Informações dos Contratos Celebrados.

Módulo 11 Legislação:*

• Permitir que o internauta tenha acesso ao download da legislação municipal e disponibilizar links para legislação federal e estadual.

Módulo 12 Portal da Transparência:*

- Link de acesso ao Portal Transparência.
- Acesso aos relatórios, despesas, receitas, contas públicas e demonstrativos contábeis de prestação de contas.

Módulo 13 Datas Comemorativas:*

• Disponibilizar informações de data comemorativas.

Módulo 14 Acesso aos e-mails:*

• Acesso Webmail.

Módulo 15 Previsão do Tempo:

• Link para previsão do tempo.

Módulo 16 Galeria de imagens:*

• Galeria de imagens por assunto e com legendas., como TURISMO e outros.

Módulo 17 Informação/Contato: *

- Publicar dúvidas e respostas.
- Serviços de Informação do Cidadão.



- Informações Responsável pelo Site.
- · Horário de Atendimento.

Módulo 18 Mapa do site*:

· Apresentará um mapa do site facilitando na sua navegação.

Módulo 19 Ouvidoria: (em concordância com à Lei Municipal n°. 1803/2019 e Lei Federal n°. 13460/2017): *

- Cadastro de Informações.
- Cadastro de formulários para registro de manifestação, com as funcionalidades de possibilidade de cadastro de usuário com login e senha, e geração de protocolo para consulta do andamento da manifestação.
- Visualização de respostas da Ouvidoria.
- Ouvidoria da Saúde.
- Geração de relatórios da Ouvidoria por natureza e período temporal.

Módulo 20 Serviços*

- Acesso à Informações sobre a Nota Fiscal Eletrônica Municipal.
- Link para acesso aos Serviços On-line (Portal);
- Telefones úteis;
- Cadastro da Carta de Serviços da Ouvidoria Municipal:

Módulo 20 Área-restrita: *

- · Cadastro de usuários com acesso de acordo com a permissão.
- Cadastro de Município.
- Cadastro de Prefeitura.
- Cadastro do Gabinete.
- Cadastro das Secretarias.
- Cadastro de Notícias.
- Cadastro de Agenda/Eventos.
- · Cadastro de Downloads de Arquivos.
- Cadastro de Licitações.
- · Cadastro de Relatórios Fiscais.



- Cadastro de Datas Comemorativas.
- Cadastro de Galeria de Imagens.
- Cadastro de Legislação.
- Cadastro do Portal de Transparência (importação).
- Cadastro de Dúvidas.
- Cadastro da Política de Privacidade e Normas e Uso.
- Consulta estatística de acessos ao site por ano, mês, dia e hora. Informações referentes páginas mais visitadas e tempo de visita em cada uma.
- * Desenvolvimento em banco de dados com conteúdo dinâmico.